

## **NOVAS POTÊNCIAS EMERGENTES: OS BRIC**

### **Autores**

- Andreia Maria Carvalho Pinto de Meneses, Dr<sup>a</sup>.
- Eduardo Pedro Soares Araújo, Prof. Dr.
- Jorge Manuel Tavares da Silva, Prof. Dr.
- José Manuel de Carvalho Marques, Dr.
- Pedro Manuel Tinoco Ferreira, Cor.

## RESUMO

O presente artigo desenvolve uma análise crítica ao fenómeno das novas potências emergentes, particularmente os denominados BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China - e o seu papel na transformação do sistema internacional.

*Palavras-chave* — BRIC, grupo, crescimento, emergência, economia, mercados, recursos.

## INTRODUÇÃO

Um dos fenómenos sintomáticos da história económica-financeira da humanidade é o efeito das denominadas “flutuações económicas”, em que na decorrência de ciclos de crescimento são alternados com ciclos de decadência. Várias são as escolas e os pensadores que se dedicaram à explicação, sistematização e conceptualização do fenómeno dos ciclos e do crescimento económico (business cycles). Joseph Shumpeter (1939) é um desses exemplos, a partir do trabalho prévio de Nikolai Kondratieff, o qual explorou o fenómeno das “ondas cíclicas” de ascensões e descendências<sup>1</sup>. Este autor considerou que as inovações tecnológicas, organizativas e espaciais (resultantes das vantagens comparativas e da dimensão do mercado) eram fundamentais para o crescimento económico (Nunes e Valério, 2000: 98-101; Shumpeter, 1939). Outro autor, mais recente, George Modelski, considerou o desenvolvimento do sistema mundial como um produto de um conjunto de processos evolutivos nos domínios económico, político, social e cultural, numa visão assente nos princípios básicos da evolução biológica (Modelski e Thompson, 1996; Rodrigues e Devezas, 2007: 36-37).

Enquadrado na lógica da avaliação das ascensões e decadências na economia mundial, em 2001, num artigo Jim O’Neill para a Goldman Sachs, ao estabelecer uma relação entre as economias dominantes do mundo (G7) e algumas das economias ditas “emergentes” – Brasil, Rússia, Índia e China - verificou que os BRIC, tal como os apelidou na altura, cresciam mais do que as primeiras. Ao analisar-se o PIB destes quatro países, notou que representavam 8% do total mundial e que esta seria uma tendência para os anos seguintes. Salientou o facto de, por exemplo, a Itália, membro do G7, ter um PIB inferior ao da China (O’Neill, 2001; O’Neill, 2013). Em 2003, um novo artigo de Dominic Wilson e de Roopa Purushothaman, reforçava a ideia O’Neill e, numa abordagem previsionar, que aqueles quatro países dominariam a economia mundial em 2050, entretanto antecipado para 2020 devido ao desempenho extraordinário da China. Nesta altura, no seu conjunto, os BRIC representarão em termos demográficos um universo de 3,14 mil milhões de habitantes (40% da população). Segundo o National Intelligence Council, em 2025 todo o sistema internacional construído após a Segunda Guerra Mundial terá sido alterado.

Os BRIC, como conceito, foi ganhando popularidade e, por iniciativa dos ministros dos negócios estrangeiros brasileiro e russo, pensou-se criar um grupo de discussão de natureza político-diplomático com aqueles quatro atores (Almeida, 2010). Neste sentido, em 2009, na cidade russa de Yekaterinburg, concretizou-se o desiderato com a realização da primeira conferência com os líderes dos referidos países, estando no centro dos diálogos da altura a crise financeira global. Defendeu-se, entre outros aspetos, a criação de um sistema financeiro mais “diversificado, estável e previsível”, isto é, independente do dólar americano (Euronews, 2009). Pareceu clara a intenção de criar um sistema internacional mais “multipolar, equilibrado e democrático da ordem internacional”, ideias que seriam salientadas no encontro do ano seguinte em Brasília (Brasil) (Panda, 2013: 20). A congregação destes atores visou reforçar a unidade e melhor articulação entre as diversas diplomacias num sistema internacional dominado pelos EUA. De facto, sabemos das limitações que particularmente os países que compõem os BRIC e, de forma geral, os países em desenvolvimento, encontram para defenderem os seus pontos de vista e um melhor posicionamento no espaço internacional. A verdade é que não se prevê que a China tenha uma voz ativa no FMI, o Brasil tenha um assento permanente na ONU ou o Banco Mundial seja dirigido por um russo ou indiano (BBC Brasil, 2009). Neste sentido, os BRIC, acima de tudo, tentam promover uma visão do mundo amplamente diferente daquela que tem dominado as últimas décadas. Não só os BRIC, como outras entidades e organismos com a mesma natureza – BASIC, IBAS,

---

<sup>1</sup> Cf. Nikolai Kondratieff (2004) *The World Economy and Its Conjunctures During and After the War*. Moscovo: International Kondratieff Foundation.

VISTA<sup>2</sup>, RIC, etc., parecem querer servir de um relativo “contrapoder” ao funcionamento de um sistema baseado nos princípios ocidentais/americanos. Na verdade, os BRIC funcionam como um grupo de interesse/pressão, atuando como importantes estados membros em organizações internacionais, como doadores bilaterais, ou através da participação de consórcios financeiros. Na realidade, estão a usar a riqueza acumulada e o estatuto alcançado para influenciar algumas políticas internacionais. Defendem ainda que a ONU deve desempenhar um papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais, e que o G20, deve ter uma ação mais relevante para as questões globais. Aliás, o G20 foi criado com a uma aparente intenção de se poder constituir como uma alternativa ao G8, podendo afirmar-se como um fórum para as discussões multilaterais sobre políticas para o desenvolvimento. Foi a pedido do antigo Primeiro-Ministro inglês, Gordon Brown, face á mudança de poder em curso devido a ascensão dos países emergentes (Berggruen e Gardels, 2012: 215). No entanto, a diversidade de atores incluídos no G20 torna a sua ação coletiva mais difícil, o que não acontece com os BRIC. Anda assim, entre os seus quatro atores participam com níveis de expectativas e objetivos diferenciados. O Brasil, por exemplo, tem aproveitado o estreitamento das relações com a China para intensificar as relações económicas bilaterais, além de tentar entrar como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU; a China, entre outros interesses, vê a integração da África do Sul no grupo como uma oportunidade para reforçar a sua diplomacia em África; a Rússia vê na China um parceiro importante para a sua diplomacia, tal como foi o apoio para a entrada do país na Organização Mundial de Comércio (OMC). Independentemente dos prismas de observação, a verdade é que este grupo está a desenvolver entre si laços acrescidos de interdependência. Na última década as trocas comerciais intensificaram-se de forma exponencial entre os seus membros (Panda, 2013: 74).

Não só os BRIC como outras entidades e organismos com a mesma natureza – RIC, BASIC, IBAS, VISTA<sup>3</sup>, etc. parecem querer servir de “contrapoder” ao funcionamento de um sistema baseado nos princípios ocidentais/americanos. Na verdade, os BRIC têm funcionado como um grupo de interesse/pressão, atuando como estados membros de crescente importância em organizações internacionais, como doadores bilaterais e defensores da cooperação internacional, ou através da participação de consórcios financeiros. Estes países estão a usar a riqueza acumulada e o estatuto conseguido para influenciar algumas políticas internacionais. Em suma, defendem um papel mais ativo dos países emergentes, uma maior cooperação entre parceiros “sul-sul”, uma herança que vem desde os tempos da conferência de Bandung e também uma ponte importante para o diálogo norte-sul. Na difícil procura de consensos entre os países ditos emergentes e os países mais industrializados, vulgarmente designados por “mais ricos”, o comércio e o ambiente estão entre os assuntos mais difíceis de conciliação. Os BRIC, particularmente através do impulso chinês, o maior emissor mundial de CO<sub>2</sub>, tem procurado levar à discussão sensíveis questões sobre o ambiente, mas o consenso terá um caminho árduo para percorrer. O argumento reside muito na ideia de que China e a Índia, devido às suas dimensões demográfica, deveriam ter maiores concessões nas quotas de emissões previstas no protocolo de Quioto. Esta perspetiva contrasta com a visão norte-americana, que não ratificou o acordo, ao pretenderem pelo menos, a manutenção do status quo. A dificuldade reside na tentativa de equalizar as políticas de ajustamento num mundo que está em patamares de desenvolvimento diferenciados, em que os “emergentes” reclamam melhores condições para crescer. Os EUA, pelo contrário, recusam a aplicação de lógicas diferenciadas pelo facto de que quando os ditos emergentes estão prestes a superar o mundo desenvolvido. A verdade é que, mais do que os BRIC, são particularmente a China e os Estados Unidos, os dois maiores poluidores mundiais, através das suas relações bilaterais, serão fundamentais no alcance de uma solução para este domínio.

Do ponto de vista militar e da defesa discute-se se os BRIC podem constituir um contrapoder aos países da NATO e dos EUA. Trata-se, aliás, do mesmo exercício que se tem feito em relação à capacidade da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Duas situações parecem claras: por um lado, a capacidade militar dos parceiros ocidentais ainda ser manifestamente superior; por outro, os BRIC não parecerem querer funcionar como uma plataforma conjunta e articulada neste domínio. Ainda assim, importa salientar que habitualmente no encontro anual entre os líderes dos BRIC é acompanhado por diálogos entre os altos representantes do campo da defesa (BRICS National Security Advisors), discutindo-se os casos particulares do Irão, da Síria, Líbia ou do Mali, entre outros. A ideia passa por conciliar políticas da agenda internacional, em alguns casos, procurando que o grupo atue como mediador ou doador. No entanto, as políticas de defesa

---

<sup>2</sup> BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China; IBSA – Índia, Brasil e África do Sul; VISTA – Vietname, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina; RIC - Rússia, Índia e China.

<sup>3</sup> BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China; IBSA – Índia, Brasil e África do Sul; VISTA – Vietname, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina; RIC - Rússia, Índia e China.

nacionais, de forma individual, sobrepõem-se à lógica coletiva. Tanto a Rússia como a China, por exemplo, estão, sobretudo, interessadas na resolução dos seus problemas da periferia, incluindo questões de soberania e segurança de recursos energéticos. Não parece ser particularmente importante o papel dos BRIC no jogo de poderes que se estabelece nos “mares da China”, onde haverá outras organizações como a OCS, e individualmente a diplomacia chinesa, um papel muito mais ativo. O recurso aos fora internacionais faz-se quando o papel individual dos atores está mais dificultado. Assim, os BRIC, vão servindo de grupo de pressão para algumas matérias de interesse geral e complementar, mas nas questões essenciais da defesa e do ambiente, serão prevaletentes as diplomacias bilaterais.

A verdade é que as quatro potências que compõem os BRIC, estão também elas envolvidas, por um lado, em dificuldades de sustentabilidade económica interna, por outro, envolvidas em conflitos militares externos. Os equilíbrios socioeconómicos internos, particularmente o caso paradigmático chinês, e os respetivos modelos políticos, estão entre as maiores fragilidades do grupo face a uma visão ocidental marcadamente democrática e liberal. Entre a China e Índia, politicamente dois modelos contraditórios, disputam zonas fronteiriças; a China e a Rússia, umas vezes aparecem alinhadas em questões de diplomacia global, noutras competem por interesses de ordem geopolítica, num tipo de relação que Bobo Lo apelidou de “eixo de conveniência” (2008). Por outro lado, salienta-se também que os mercados de exportação preferenciais dos BRIC são relativamente os mesmos, as vantagens comparativas muito semelhantes e a competição entre parceiros provoca desconfianças. O Brasil, por exemplo, perdeu muita competitividade para a China e a deslocalização de uma fábrica de Embraer para o território chinês, associado à respetiva transferência de know-how, criou apreensões num mercado cada vez mais competitivo neste setor (Exame, 2011). Neste sentido, não só a lógica de confrontação de poderes entre atores que compõem os BRIC, como os seus contextos internos, serão decisivos para o sucesso deste grupo. É inquestionável, no entanto, que a ascensão dos BRIC, de forma coletiva ou individual, é a expressão de um mundo em transformação em que os EUA têm vindo a perder algum do seu papel dominador. Em suma, trata-se da demonstração clara da decadência de um mundo unipolar liderado por Washington e o nascimento de um novo mundo dominado por atores de vários quadrantes geográficos. Ainda assim, enquanto instrumento desse mundo diversificado, os BRIC não são mais que uma tentativa, ainda frágil nascida entre os mais desfavorecidos, de formar um coro num mundo que ainda se faz ouvir a uma só voz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Paulo Renato (2010) *O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)*. <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2077BricsHegemoniaBook.pdf> (Consultado em 30 de Dezembro de 2013).
- Agtmael, Antoine van (2007) *The Emerging Markets Century – How a New Breed of World of World-Class Companies in Overtaking the World*. London: Free Press.
- BBC Brasil (2009) *Década de 2020 Deve Consolidar Poder dos BRICs*. 30 de Março, [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090330\\_bricsabertura\\_ss.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090330_bricsabertura_ss.shtml) (Consultado em 28 de Dezembro de 2013).
- Berggruen, Nicolas; Gardels, Nathan (2012) *Governança Inteligente para o Século XXI – Uma Via Intermédia entre o Ocidente e o Oriente*. Carnaxide: Objectiva.
- Bliss, Katherine (2010) *Key Players in Global Health – How Brasil, Russia, India, China and South Africa Are Influencing the Game*. Report of the CSIS Global Health Policy Center, November.
- Euronews (2009) *BRIC wants more influence*. <http://www.euronews.com/2009/06/16/bric-wants-more-influence/> (Consultado em 28 de Dezembro de 2013).
- Exame (2008) *Avanço tecnológico dos chineses assusta Embraer*. <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/avanco-tecnologico-dos-chineses-assusta-embraer> (Consultado em 28 de Dezembro de 2013).
- Goldman Sachs (2003) *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. Global Economics Paper No: 99, 1-24.
- Lo, Bobo (2008) *Axis of Convenience – Moscow, Beijing, and the New Geopolitics*. London: Chatham House.

Modelski, George; Thompson, William R. (1995) *Leading Sectors and World Powers: The Coevolution of Global Economics and Politics*. Columbia: University of South Carolina.

Mori, Takeshi (2010) *Promising Post-BRIC Emerging Markets*. NRI Papers nº 155, June 1, 1-15.

Nunes, Ana Bela; Valério, Nuno (2000) *Ciclos e Crescimento – O Legado do Segundo Milénio*. Economia Pura, 98-101.

O'Neill, Jim (2011) *The Growth Map: Economic Opportunity in the BRICs and Beyond*. New York: Portfolio Hardcover.

O'Neill, Jim (2001) *Building Better Global Economic BRICs*, Global Economics, paper nº 66, <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf> (Consultado em 17 de Dezembro de 2013).

Panda, Jagannath (2013) *BRICS and the China-India Construct – A New World Order in Making?*. IDSA Monograph Series nº 24, <http://idsa.in/system/files/Monograph24.pdf> (Consultado em 28 de Dezembro de 2013).

Pelle, Stefano (2007) *Understanding Emerging Markets – Building Business BRIC by Brick*. London: Response Books.

Rodrigues, Jorge Nascimento; Devezas, Tesseleno (2007) *Portugal – O Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.

Schumpeter, Joseph A. (1939) *Business Cycles – A Theoretical, Historical and Statistical*. London. McGraw-Hill.

Wilson, Dominic; Roopa, Purushothaman (2003) *Dreaming With BRICs: The Path to 2050*, Global Economics, paper nº 99, <http://blogs.univ-poitiers.fr/o-bouba-olga/files/2012/11/brics-dream.pdf> (Consultado em 17 de Dezembro de 2013).